

PORTARIA Nº 43, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre as normas para notificação das doenças em animais de produção, terrestres e aquáticos.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade com a Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011 e a Lei Estadual nº 11.504, de 6 de agosto de 1996, do Decreto Estadual nº 12.029, de 01 de setembro de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o disposto na Portaria nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a notificação das doenças em animais de produção, terrestres e aquáticos no Estado do Paraná conforme disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Compete ao Diretor de Defesa Agropecuária (DDA), em comum acordo com as Gerências com interface no tema, manter atualizado o anexo, referido no Art. 1º, no sítio <http://www.adapar.pr.gov.br>


Art. 3º É de responsabilidade dos servidores da ADAPAR e demais interessados a utilização da versão atualizada do anexo disponibilizado no sítio <http://www.adapar.pr.gov.br>

Art. 4º O descumprimento dos preceitos desta portaria e seu anexo sujeitará o infrator às penalidades administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 5º Compete ao Diretor de Defesa Agropecuária emitir normas complementares para o fiel cumprimento desta portaria, ajustado ao gerenciamento de processos da ADAPAR.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.



INÁCIO AFONSO KROETZ
Diretor Presidente

PUBLICADO
Data: 09/03/15
DOE nº 3406

ANEXO I - PORTARIA 43/2015

NORMAS PARA NOTIFICAÇÃO DAS DOENÇAS EM ANIMAIS DE PRODUÇÃO, TERRESTRES E AQUÁTICOS, NO ESTADO DO PARANÁ

Capítulo I

DA NOTIFICAÇÃO DAS DOENÇAS

Art. 1º A Unidade Local de Defesa Agropecuária (ULSA), da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), é o local para notificação imediata das doenças listadas no anexo da Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro 2013 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, sendo:

- I - Doenças erradicadas ou nunca registradas no país;
- II - Doenças que requerem notificação imediata de qualquer caso suspeito; e
- III - Doenças que requerem notificação imediata de qualquer caso confirmado.

Art. 2º A Ficha Epidemiológica é o documento oficial para a notificação das doenças que acometerem os animais de produção, terrestres (abelhas, aves e mamíferos) e os aquáticos (anfíbios, crustáceos, moluscos e peixes) descritas no Anexo da Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013 do MAPA, e na “lista de doenças de notificação obrigatória” de animais aquáticos publicada no anexo da Portaria nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 do MPA.

Capítulo II

DAS OBRIGAÇÕES DO MÉDICO VETERINÁRIO AUTORIZADO

Art. 3º A Ficha Epidemiológica é de preenchimento mensal, obrigatório pelo médico veterinário autorizado pela ADAPAR para a execução das seguintes ações complementares aos programas oficiais de saúde animal:

- I - Emissão de Guia de Transito Animal (GTA);
- II - Vacinação contra brucelose;
- III - Exames para brucelose e tuberculose;
- IV - Responsabilidade técnica de estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário;
- V - Responsabilidade técnica de eventos agropecuários;
- VI - Responsabilidade pelo manejo e controle sanitário de estabelecimentos de produção de aves, suínos, peixes ou de outra espécie de animais de produção; e
- VII - Outras situações definidas a critério da ADAPAR.

Parágrafo Único - O uso da Ficha Epidemiológica não exclui a obrigatoriedade de preencher os demais relatórios técnicos da ADAPAR.

Art. 4º O Médico Veterinário autorizado notificante da doença junto a ULSA, deverá também registrar na Ficha Epidemiológica as doenças que requerem notificação imediata de qualquer caso suspeito e as que requerem notificação imediata de qualquer caso confirmado.

Art. 5º O preenchimento da Ficha Epidemiológica será exclusivamente por meio eletrônico, no Sistema de Defesa Sanitária Animal (SDSA) da ADAPAR mediante autenticação do usuário.

Parágrafo Único - O preenchimento deve compreender as ocorrências relatadas no período do 1º ao último dia do mês.

Art. 6º O prazo para registro da Ficha Epidemiológica no SDSA será até o 10º dia do mês subsequente ao atendimento do evento sanitário.

Parágrafo Único - O descumprimento do prazo estabelecido neste artigo ou envio incorreto das informações por dois meses consecutivos, acarretará em bloqueio temporário ou indeterminado do acesso ao SDSA.

Capítulo III

DA FISCALIZAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO AUTORIZADO NO USO DA FICHA EPIDEMIOLÓGICA

Art. 7º Compete ao FDA médico veterinário da ULSA a qual está vinculada a autorização, a fiscalização das ações do médico veterinário autorizado em relação a Ficha Epidemiológica.

PUBLICADO

Data: 09/03/15
DOE nº 9406

